



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIZA GOMES DA SILVA

**OS ESCRITOS DE MARIO GOMES NA *REVISTA DO ENSINO*: SUAS
PERSPECTIVAS SOBRE A INFÂNCIA (1932-1942)**

JOÃO PESSOA - PB

2020

MARIZA GOMES DA SILVA

**OS ESCRITOS DE MARIO GOMES NA *REVISTA DO ENSINO*: SUAS
PERSPECTIVAS SOBRE A INFÂNCIA (1932-1942)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia com área de aprofundamento em educação Especial.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Amanda Sousa Galvínio.

João Pessoa- PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Mariza Gomes da.

Os escritos de Mario Gomes na Revista do Ensino: suas perspectivas sobre a
infância (1932-1942) / Mariza
Gomes da Silva. - João Pessoa, 2020.
49 f. : il.

Orientação: Amanda Sousa Galvêncio. TCC
(Graduação) - UFPB/CE.

1. Revista do Ensino. 2. Mario Gomes - escritos. 3. Educação infantil. I.
Galvêncio, Amanda Sousa. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 37:8(043.2)

MARIZA GOMES DA SILVA

**OS ESCRITOS DE MARIO GOMES NA REVISTA DO ENSINO: SUAS
PERSPECTIVAS SOBRE A INFÂNCIA (1932-1942)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia com área de aprofundamento em educação Especial.

Aprovado em: 11/12 /2020

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Amanda Sousa Galvêncio
Orientadora (DFE/UFPB/CE)

Prof.^a Dr.^a Máira Lewtchuk Espindola
Examinadora (DHP/UFPB/CE)

Prof.^a Dr.^o Jean Carlo Carvalho Costa
Examinador (DFE/UFPB/CE)

JOÃO PESSOA -PB
2020

Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Romanos 11:36 .

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua infinita misericórdia e graça, pelo dom da vida e por me ajudar em cada passo e decisão. Aos meus pais João Bosco e Maria das Dores que, com todo esforço, deram-me base para escolher a educação como meio para ter uma existência e humanidade melhor. Em especial a minha mãe que me ensinou a ser tão forte e não desistir mesmo em meio a tanta luta, tendo paciência e fé para alcançar meus objetivos; por ter me amado, acolhido em todo o processo de formação educacional e humana.

Aos meus amados irmãos Paulo Roberto e Maria de Lourdes que foram fontes de inspiração, o sorriso fácil e ombro amigo quando o meu mundo tendeu a desabar, a vocês o meu amor e cuidado eterno. Ao meu avô (in memoriam) José Alves de Oliveira e a toda a minha família, tios (as) em especial Antônio, Francisca Alves e Maria Mercedes, aos meus primos (as), em especial Vinicius, Rafaela, Diego, Jean, João Wesley, Daniel, Reinaldo, Risélia Oliveira, Sônia, as mulheres que são inspiração de inteligência, cuidado e firmeza.

Aos meus amigos que com todo zelo compartilharam comigo de muitas alegrias e tristezas. Agradeço a confiança, aconchego e orações de todas as horas, em especial, aos queridos (as) Francisco Horácio, Gleeciany, Geisiane, Luciano Francisco, Barbara, Aldeane, Aurilane Regis, Maria Suênia, Felipe Michel, kaio e Mickael Gomes.

Agradeço à UFPB, aos docentes e discentes que tive a oportunidade de conhecer, em especial aos meus colegas da pedagogia 2015.2, ao Cnpq pela confiança concedida em realizar pesquisas permitindo-me adentrar mais profundamente no campo acadêmico, aos grupos de pesquisa que me ajudaram a crescer e me apropriar na educação como um direito de todos e um dever singular, sendo melhor profissionalmente.

Agradeço, em especial, ao GHEIC e a minha querida orientadora, Amanda, meus mais sinceros agradecimentos pela graciosidade, paciência e amizade por me conduzir nesse trabalho e em parte da minha formação acadêmica, você orientou-me com maestria, parabéns pela excelente profissional que és. Agradeço também a professora Máira, uma pessoa que muito admiro, uma mulher de potencial incrível e ao professor Jean Carlo que com eficiência tem me apresentado o campo da História dos Intelectuais.

A todos que, de maneira direta e indiretamente, ajudam-me ou ajudaram-me nesse processo, meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como tema os escritos do professor e intelectual Mario Gomes nas *Revistas do Ensino* sobre a educação da infância, no período de 1932, data da sua primeira publicação, até 1942, em que consta sua última edição. Diante disso, como objetivo geral buscamos compreender as ideias de Mario Gomes sobre a infância divulgadas através da *Revista do Ensino* e como objetivos específicos procuramos: 1) entender o contexto social, histórico e cultural das ideias deste autor na Paraíba e no Brasil; 2) mapear seus textos nas *Revistas do Ensino*, por fim, 3) fazer a análise dos inscritos que abordavam a temática infância. Para tanto, foram utilizadas como principal fonte as *Revistas de Ensino* da Paraíba, buscando compreender o meio social e intelectual percorrido por Mario Gomes e sua atuação como disseminador dos ideais da Escola Nova no Estado da Paraíba. Durante o estudo, houve necessidade de se fazer um breve histórico sobre a importância dos impressos no Brasil, como também no Estado da Paraíba, identificando os principais Intelectuais presentes nas *Revistas do Ensino* que colaboraram com a disseminação escolanovista. Tais Intelectuais foram de suma importância para entendermos os contextos sociais, políticos e educacionais da época que norteavam as discussões sobre a modernização dos métodos pedagógicos, marcando, assim, o rompimento com o modelo educacional tradicionalista. Diante do apelo que ecoava no período, ansiando por inovações do Sistema Educacional que adotava novos padrões tecnológicos em vista da modernização do ensino público brasileiro, Mario Gomes se destacou por demonstrar forte influência, por ser um dos intelectuais que atuava em defesa da implantação dos novos modelos de ensino no Estado Paraibano.

Palavras-Chave: Revista do Ensino. Mario Gomes. Infância.

ABSTRACT

The present work has as its theme the writings of the professor and intellectual Mario Gomes in the *Revista do Ensino* (Educational Magazines) on childhood education in 1932, the date of its first publication, until 1942 in which it appears its last publication. Therefore, as a general objective, we seek to understand the ideas of Mario Gomes on childhood disseminated in the *Revista do Ensino*, and as specific objectives, we seek to understand the social, historical, and cultural context of the ideas of this intellectual in Paraíba and in Brazil; map their texts in the *Revista do Ensino* and finally analyze the writings that addressed the childhood theme. For this purpose, the *Revista do Ensino da Paraíba* was used as the main source, seeking to understand the social and intellectual environment covered by Mario Gomes and his work as a disseminator of the ideals of “Escola Nova” in the state of Paraíba. Throughout the research there was a need to make a brief historical analysis about the importance of printed material in Brazil as well as in the state of Paraíba, identifying the main intellectuals who collaborated with the scholivist spread in the Educational Magazines. Such intellectuals were extremely important to understand the social, political, and educational contexts of the time that guided the discussions for the modernization of pedagogical methods, thus marking the break with the traditionalist educational model. Given the appeal that echoed in the period, yearning for innovations in the Educational system adopting new technological patterns in view of the modernization of Brazilian public education, Mario Gomes stood out for showing a strong influence for being one of the intellectuals who acted in defense of the implementation of new educational models in the state of Paraíba.

KEYWORDS: Educational Magazines. Mario Gomes. Childhood.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mapeamento de todos os artigos escritos por Mario Gomes nas Revistas do Ensino da Paraíba a partir do sumário.....	32
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grupo escolar de Umbuzeiro.....	41
Figura 2 – Grupo Escolar Epitácio Pessoa.....	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 INTELLECTUAIS E A INFÂNCIA NO MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA	14
2.1 História dos Intelectuais	14
2.2 O movimento da Escola Nova no Brasil e na Paraíba	17
2.3 História da infância e educação da criança	21
2.4 O jardim de infância na Paraíba e a contribuição da Escola Nova	25
3 REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA	28
3.1 Um breve Histórico sobre os Impresses	28
3.2 Mario Gomes e sua contribuição intelectual no meio educacional e social da Paraíba	31
3.3 A infância descrita por Mario Gomes na <i>Revista do Ensino</i>	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46
FONTES	48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC), apresentado junto ao curso de licenciatura em pedagogia no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tem como tema: *Os inscritos de Mário Gomes nas Revistas do Ensino na Paraíba e suas perspectivas sobre a infância (1932-1942)*.

Essa temática surgiu através da participação, como bolsista, do Programa de Licenciatura (PROLICEN) desenvolvido em 2019, tendo por título *Arquivos escolares: professores e crianças como construtores de memória e guarda*, que teve como coordenadora a professora Dra. Maíra Lewtchuk Espindola e como colaboradora a professora Dra. Amanda Sousa Galvêncio. O foco principal do projeto era realização de oficinas pedagógicas para a constituição de um acervo nas instituições escolares de João Pessoa, iniciando na Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba (EEBAS/UFPB).

Esse projeto está vinculado ao Grupo de estudos e pesquisas História da Educação - GT Paraíba HISTEDBR/PB. O PROLICEN/2019 nos oportunizou um crescimento de suma importância na área acadêmica, nos auxiliando tanto como cientistas da educação, que assumimos enquanto docentes na iniciação científica, quanto futuros profissionais da educação como construtores da história.

Como desdobramentos da pesquisa realizada no PROLICEN/2019, tivemos um artigo aprovado para o *VII Seminário de Gênero e Práticas Culturais: Feminismo como Resistência*, realizado no ano de 2019, na UFPB, intitulado de *As concepções de infância a partir do olhar e das práticas pedagógicas da professora Alice de Azevedo Monteiro* e também dois trabalhos de conclusão de curso de integrantes do referido projeto, o primeiro de Aurilane Regis Romão com o título de *ALICE DE AZEVEDO MONTEIRO E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS NA PARAÍBA: a criação dos primeiros jardins de infância e os escritos sobre infância na Revista do Ensino (1930-1942)* e o segundo de Maria Suênia Guedes do Ó, com o título de *QUE TUDO SEJA PARA A GLÓRIA E PARA O PROGRESSO DA TERRA ADMIRÁVEL DE JOÃO PESSOA”: NAÇÃO, ESCOLA NOVA E EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS NAS REVISTAS DO ENSINO DA PARAÍBA (1932 E 1942)*.

Em continuação, participamos do projeto de extensão FLUEX/2020 com o tema: *História e memória das crianças e das infâncias no processo de institucionalização da educação infantil*, que teve como coordenadora a professora Dra. Amanda Sousa Galvêncio e coordenadora adjunta a professora Dra. Maíra Lewtchuk Espindola. O objetivo principal foi de

contribuir com a formação docente dos graduandos do curso de pedagogia e dos professores atuantes na educação infantil, possibilitando a criticidade desses docentes com relação a crianças e às infâncias, proporcionando autonomia para a infância.

Como ação deste projeto, foi realizado um curso livre online durante o período da Pandemia da Covid-19, que ocorreu entre os meses de junho e agosto do ano de 2020, tendo por título: *História da educação no processo de institucionalização da educação infantil no Brasil*, ministrado pelas professoras: Dra. Amanda Sousa Galvínio, Dra. Máira Lewtchuk Espindola e Dra. Cláudia Engler Cury.

Além disso, realizamos uma oficina intitulada de *Infância e fotografias: Interpretações históricas e usos pedagógicos*, e um levantamento bibliográfico investigando como se deu o processo de institucionalização da educação infantil, a chegada dos jardins de infância na Paraíba e também como eram os cuidados com as crianças pequenas no Estado.

Utilizamos como fonte as *Revistas do Ensino* da Paraíba, em que tivemos contato com dois intelectuais que despertaram nossa atenção, a professora Alice de Azedo Monteiro, responsável pela implantação dos jardins de infância na Paraíba, e o professor Mario Gomes que trouxe contribuições para a educação do estado através de seus inscritos.

As *Revistas do Ensino*, além de informar o que acontecia no Estado, eram um meio de levar conhecimento aos educadores. Mario Gomes foi escritor atuante da *Revista do Ensino*, percorrendo sobre diversos temas relacionados à educação e à infância, motivo pelo qual optamos por desenvolver esse trabalho e conhecer a história e a participação social e política desse intelectual.

Os projetos mencionados despertaram-nos interesse pela temática dos Intelectuais que atuaram na educação e, na busca de aprofundamento, ingressamos como bolsista do projeto O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/2020): *HISTÓRIA INTELLECTUAL, CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE IDEIAS E ESPAÇO PÚBLICO: Portugal e Brasil, diálogos institucionais em perspectiva comparada*, coordenado pelo professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa. Com estudos sobre intelectuais, podemos considerar a memória, o conhecimento Histórico e sua contribuição para Educação, pois, além de mostrar a Paraíba em um processo de modernização, esses intelectuais contribuíram com suas atuações nos espaços públicos e lugares de escrita. Sendo assim, refletimos sobre os sujeitos que com suas vidas deixaram suas impressões na História.

Dentro da temática de história da infância e História dos Intelectuais, surgiu o interesse em investigar autores que tiveram suas contribuições à luz do ideário escolanovista e as

reformas educacionais, no âmbito nacional e consequentemente na Paraíba. Dentre eles, surgiu o nome do intelectual Mario Gomes que demonstrava interesse e participava ativamente pela renovação do ensino na Paraíba.

Mario Gomes foi professor, participou da comissão de estudos técnicos da segunda semana pedagógica em novembro de 1934, na cidade de João Pessoa. Também foi colaborador de sessões técnicas e na plenária, sendo citado na 3ª Ata como um dos preceptores que discursou a respeito das mudanças que vinham acontecendo na educação do Estado, como o advento da Escola Nova (REVISTA DE ENSINO VIII, 1934).

Entre os anos de 1932 e 1942, Mario Gomes escreveu nove artigos na *Revista do Ensino* da Paraíba com temas diversos. Devido à Pandemia da Covid 19, os arquivos públicos foram fechados o que não nos permitiu uma maior investigação sobre o intelectual, limitando as nossas possibilidades a sites e conteúdo online.

Para nos aprofundar no assunto, recorreremos a alguns trabalhos que se entrelaçam com a temática proposta, por nós, para este TCC, no que diz respeito à História dos Intelectuais e o recorte temporal do final do século XIX e início do século XX, em que o país passava por processos de modernização e havia uma preocupação comum com a instrução pública.

Galvêncio (2010) estudou o intelectual Manoel Bonfim (1868-1932), seus inscritos e sua visão sobre o processo de modernização que se encontrava o Brasil, no período da abolição dos escravizados de 1888 e da proclamação da república. Manoel Bonfim tinha em mente que só através da educação seriam suplantados os problemas que vinham desde a origem do País.

Silva (2010) abordou o intelectual Joaquim Nabuco (1849 -1910) que foi uma referência no século XIX, através da sua obra *O Abolicionismo*. O trabalho faz uma análise crítica da obra, buscando discutir a respeito dos problemas existentes, como a emancipação dos escravizados e a importância dos processos de formação para a reforma da nação. O progresso defendido por Joaquim Nabuco desembocava na educação como sendo o centro para emancipação e evolução da nação nos âmbitos: trabalhistas, científicos e sociais.

Biserra (2013) estudou o intelectual Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839 – 1875) que se destacou por ser uma importante figura política, que pensava na instrução pública como prioridade, pois seria através dela que viria a mudança para a reforma da sociedade. Os inscritos de Bastos apontavam para ideia da instrução para a liberdade.

Costa (2014) respaldou seu trabalho em Silvino Carneiro da Cunha, o Barão de Abiaí, que foi presidente da província da Paraíba em 1874 – 1876. Costa (2014) buscou nos relatórios provinciais os aspectos políticos, educacionais e reformistas da época, tentando responder

questionamentos levantados pelo intelectual nas mudanças da instrução para progresso da província da Parahyba do Norte.

Carvalho (2017) investigou o intelectual Irineu Pinto, escrevendo a construção da sua trajetória e de suas ideias sobre a instrução pública no Brasil e na Paraíba. Para tanto, buscou encontrar autores que dialogaram com o contexto educacional da Paraíba e com redes culturais, sociais e políticos da época, tentando compreender como se deu esse movimento histórico.

Guedes (2020) abordou a infância e a criança, investigando a escola nova e as *Revistas do ensino* da Paraíba, um meio de circulação de ideias escolanovista e de modernização para o Estado Paraibano. Guedes faz um apanhado dos artigos da *Revista do Ensino*, deparando-se com diversos autores, ideias que abordavam a criança e traziam-na como o futuro da nação, demonstrando as principais ideias que circulavam na época, como, a expansão do ensino, o cuidado com a higiene, implantação dos jardins de infância, entre outros.

Na esteira das investigações apresentadas, inserimos nossa pesquisa sobre Mario Gomes e seus escritos na *Revista do Ensino* da Paraíba. Diante disso, como objetivo geral, buscamos compreender as ideias de Mario Gomes sobre a infância divulgadas através da *Revista do Ensino*. Como objetivos específicos procuramos: 1) entender o contexto social, histórico e cultural das ideias de Mario Gomes na Paraíba e no Brasil; 2) mapear os textos dele nas *Revistas do Ensino*; 3) analisar seus textos que falaram sobre a infância.

A metodologia utilizada neste trabalho é derivada da História dos Intelectuais e, como fonte, utilizamos as *Revistas do Ensino*. Para estudar a História dos Intelectuais na educação é preciso ir muito além de identificar e contar fatos de uma época, é também identificar os sujeitos e o lugar que esses personagens encontram-se no contexto político e social, identificando o porquê e o como essas pessoas se posicionaram (HANSEN; GOMES, 2016).

Como mencionado anteriormente, o nosso foco são os escritos do intelectual Mario Gomes, sua trajetória e seu significado para educação da criança na Paraíba. Para tanto, faz-se necessário investigar a atuação desse indivíduo, compreendendo o contexto histórico, a rede de sociabilidade e sua atuação política. Nesse sentido, trabalharemos o sujeito enquanto objeto histórico (VIEIRA, 2015).

Este trabalho é composto por dois capítulos. No primeiro, falaremos sobre a História dos Intelectuais, a educação do período estudado, a história da infância e da criança e o movimento a Escola Nova no Brasil e no Estado da Paraíba. No segundo, abordaremos os inscritos de Mario Gomes nas *Revistas do Ensino*, trazendo a análise dos seus textos que trataram sobre a educação da infância, em que trataremos dos resultados da pesquisa, mostrando

um pouco da visão de Mario Gomes como sujeito histórico e a relevância dos seus inscritos para a infância na Paraíba. Por último, apresentaremos as considerações finais desta investigação.

2 INTELLECTUAIS E A INFÂNCIA NO MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA

Neste capítulo, buscaremos entender a contribuição da História dos Intelectuais e o movimento da Escola Nova para compreender o contexto social, político e educacional do Brasil e da Paraíba e as influências desse movimento na história das infâncias e na educação das crianças.

2.1 História dos Intelectuais

Vieira (2008) faz um apanhado da História dos Intelectuais em que descreve a palavra *intelligentsia* na forma utilizada para aqueles que, apoiados na razão, educavam e defendiam os interesses da pátria. Essa expressão teve grande popularidade na Polônia em 1844 pela obra do filósofo Karol Libelt (*O milósci ojczny – On Love of the Fatherland*). Na Rússia, veio através das obras de *Turgenev*, *Dimitry* um personagem da novela *Rudin* transmitida em 1856, que interpretou um arquétipo da *intelligentsia*: um homem culto, nacionalista e defensor de mudanças sociais.

Na obra *Pais e Filhos* publicada em 1862, *Turgenev* analisou a genealogia da *Intelligentsia* russa, mostrando o desacordo entre as gerações cultas. De um lado, os de origem aristocrata que defendiam reformas liberais e, do outro, os antiaristocratas com o discurso socialista defendendo uma mudança geral nas ações políticas. Diante do ocorrido, a palavra *Intelligentsia* tomou outras conotações, foi vinculada à elite de sangue e posição econômica privilegiada e também a um grupo que analisava discursos sociais e políticos que regiam a sociedade, sendo eles pensadores da consciência nacional.

O conceito da História Intelectual repercutiu em outros lugares e gerava divisões nas ideias, ganhando adeptos e simpatizantes, gerando conflitos e divisões de classes:

Percebe-se, neste sintético quadro da experiência do leste europeu, a polissemia presente na formação da identidade da elite culta. Por um lado, ela aparecia como representante do *ethos* da renovação, da modernidade, da civilidade, do progresso do povo e da nação e, por outro, foi representada pelos seus críticos como portadora de um espírito de soberba, sectário, eslavófilo,

portanto, incapaz de representar interesses universais e racionais (VIEIRA, p.70, 2008).

Segundo Vieira (2015), o marco principal da emergência do uso do termo *Intelligentsia*, aconteceu com o manifesto *J'accuse au président de la république*, através de uma publicação no jornal *L'Aurore*, em dezembro de 1898, por Émile Zola. Tornando público o seu posicionamento a respeito do militar *affaire* Dreyfus, uma referência para a históriapolítica da França durante a terceira República, acusado, em 1894, por espionagem em favor da Alemanha e preso na Ilha do Diabo, costa da Guina Francesa. Diante do ocorrido, artistas, cientistas, escritores e nomes como Octave Merbeau, Anatole France, Marcel Proust, Henri Poincaré, Émile Durkheim se uniram em favor do militar e contra o Estado, reivindicando em jornais e revistas a quebra das normas jurídicas por antissemitismo, pois Dreyfus era de origem hebraica.

Nesse cenário, acontecia uma divisão de opiniões. Por um lado, esses intelectuais eram vistos como defensores da liberdade e justiça e, por outro, como traidores da nação. Essa ação formou uma união dos intelectuais contra as forças do Estado, mostrando um vínculo político e social. O termo *Intelligentsia*, tanto na França como na Rússia, propunha um engajamento político dos jovens cultos contra os czarismos. Na História Intelectual, o termo de *Intelligentsia* e Intelectuais tem suma importância por fazer uma mudança na percepção e no comportamento das elites cultas (VIEIRA, 2008).

Ao longo do século XX, afirma Vieira (2008) que a visão de cunho negativo sobre os intelectuais foi sendo esquecida. Na modernidade, eles participavam ativamente da vida política e engajavam-se socialmente, disseminando suas ideias e assumindo posturas, mostrando-se competentes para ocuparem espaços na imprensa, nos círculos culturais, instituições de ensino, entre outros, criando suas imagens e, através do discurso, disseminando suas ideias.

Carvalho (2017) falando sobre a trajetória da História dos Intelectuais diz que:

[...] podemos perceber que a diferença da História dos Intelectuais entre as demais surgiu a partir dos atributos teóricos e metodológicos existentes nos acontecimentos políticos, filosóficos, estéticos, científicos, literários e religiosos que se destacavam nas suas especificações e objetos de pesquisa e de ensino (CARVALHO, 2017, p.16).

Para os pesquisadores da época, passou a ser de suma importância repensar os objetivos, sendo necessária a busca de novas fontes para se pensar e construir a História da Educação brasileira. Nesse sentido, Vieira (2015) descreve algumas inovações na forma de explorar

conceitos e problemas, como: cultura escolar, práticas, representações de memórias, leitura e escrita, cultura material, espaço e tempo escolar:

Sob a denominação de história intelectual, identificamos uma multiplicidade de possibilidades, envolvendo tanto os estudos dos pensadores clássicos da política, da filosofia ou da ciência como formas de pensamento ou representações sociais por homens e mulheres do campo intelectual e/ou editorial, nas suas experiências cotidianas. (VIEIRA, 2015, p. 16)

A pesquisa sobre os intelectuais nem sempre foi vista como necessária, pois a História das Ideias não era considerada tão importante, mas percebeu-se a necessidade desse enfoque visando mostrar um ser político com conceitos. Os intelectuais eram os responsáveis pela produção de conhecimento, embora, inicialmente, tidos como gênios e vistos como uma elite cultural quase que inacessíveis. A partir das transformações que ocorriam com o advento das interações dos políticos com os estudiosos, filósofos da época, descobria-se um meio de popularizar opiniões e culturas (VIEIRA, 2015).

De acordo com Vieira (2015), autores como Gramsci, Bourdieu, Skinner e Pocock escreveram sobre a ideia dos intelectuais, criando uma problemática da importância desses produtores de conhecimento sociais. Para Bourdieu, não se podia falar numa História da Ideia e anular a ação do produtor dela, surgindo a escrita da História Intelectual. Ainda como conceito de intelectual, Gramsci em suas pesquisas trabalha a historicidade das ideias e chama atenção para as práticas desses sujeitos, visando de forma ampla o intelectual como um protagonista, atuante, essencialmente, em projetos políticos e culturais que dialogam para criar uma educação para a sociedade.

Para Bourdieu não se pode separar o Intelectual da História das Ideias. Dessa forma, esses sujeitos são compreendidos como produtores de capital simbólico que lutam por esse capital para monopolizar as classes dominadas. Ainda de acordo com o pensamento de Bourdieu sobre o campo, é possível explicar as ideias e o comportamento desses sujeitos como sendo parte integrante de uma lógica social, nos diversos espaços que ele se fez presente, assumindo expressão empírica nas linguagens manipuladas, integrando valores e os comportamentos (VIEIRA, 2015).

Dialogando com essa temática, Gomes e Hansen (2016) apresentam a categoria do Intelectual Mediador que tem a função de simplificar e disseminar ideias na sociedade. O Intelectual Mediador é um transmissor de culturas existentes de diferentes tempos. Para ser um

Mediador cultural precisa aprender a intermediar esse conhecimento através de métodos que ele adquiriu ao acessar esse meio:

Os chamados Intelectuais Mediadores precisam passar por uma base de formação, são aqueles que estão inseridos socialmente de maneira planejada para divulgar e efetivar uma cultura que foi previamente pensada para transformação do meio, englobando outros atores e organizações com projetos de cunho intencional que perpassem a cultura e a política (GOMES; HANSEN, 2016, p.33).

Para reconhecer um Intelectual é necessário identificar sua rede de sociabilidade, investigar seus meios de mediação cultural e buscar do sujeito para uma transformação do meio, que irão propiciar impactos sociais e políticos através de sua atuação que, embora pareça simples, existe uma complexidade integrada, Gomes e Hansen (2016) traz esse ponto para a reflexão:

[...] o trabalho do mediador, mesmo quando entendido como simplificação didatização de código, linguagens e conhecimentos, nada tem de fácil. O simples adquire uma gama de significados complexos assentados nas ideias de seleção e escolhas cuidadosas de uma apuração que se torna precisos os sentidos mais importantes daquilo que deseja comunicar, o que demanda competência e vivência específicas e especializadas (GOMES; HANSEN, 2016, p.33).

Outra questão bem comum no qual pode-se identificar nos intelectuais é que, além de estarem inseridos no meio político e serem escritores, suas ideias se fazem presentes nos jornais e revistas que circulavam no país, com o intuito de informar, educar e proporcionar conhecimentos. Tais indivíduos exerciam fortes influências políticas e sociais em sua época. Na próxima sessão, apresentaremos alguns elementos que caracterizaram o movimento da Escola Nova no Brasil e na Paraíba.

2.2 O movimento da Escola Nova no Brasil e na Paraíba

No ano de 1932, de acordo Vidal (2013), alguns dos intelectuais envolvidos no *Manifesto dos pioneiros da educação Nova* reivindicavam a direção do movimento de renovação educacional brasileiro e as configurações dos modelos educacionais no Brasil. Alguns desses sujeitos foram: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Espínola Teixeira, M. Bergstrono Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho, Raul Brikete, Mário Casassanta, C. Delgado de Carvalho, Cecília

Meireles, entre outros. Tais pessoas, além de educadores, também atuavam nos meios de comunicação, sendo populares nas mídias da época, o que favorecia a propagação das novas propostas que viriam a ser intitulada de Escola Nova.

Ainda de acordo com Vidal (2013), o *Manifesto dos Pioneiros da Educação* iniciado nos anos 1930 culminou com a criação do Ministério da Educação e Saúde no Brasil, vindo a público na base das disputas pela condução da recém-criada pasta, tendo três eixos: novos ideais de educação, pioneiros da educação nova, oposição ao ensino tradicional.

Na comemoração de 80 anos do *Manifesto dos Pioneiros da Educação*, Vidal (2013) traz reflexões pertinentes sobre o histórico da Escola Nova. A princípio, o histórico *Manifesto* buscava responder o clamor da população que ansiava por mudanças do sistema educacional do Brasil. Ao se tornar alvo de pesquisas e estudos, ficou evidenciado a luta política, em que os atores reivindicavam a direção da renovação educacional brasileira. Deixando claro que esses idealistas, além de quererem essa tão sonhada inovação, ambicionavam renomes e o favoritismo político.

Apesar do *Manifesto* ter sido amplamente divulgado, a sua concretização acontecia de maneira gradativa, em virtude de se perceber um distanciamento entre a quebra do ensino tradicionalista, as novas propostas lançadas e a dificuldade de sua efetivação por haver lacuna entre teoria e prática, sendo alvo de críticas e questionamentos. As brigas políticas internas entre o grupo que defendia a renovação da educação e os veteranos tradicionalistas misturavam-se com os reais desejos de mudança (VIDAL, 2013).

O *Manifesto* foi sendo absorvido por todos os estados brasileiros e ganhando adeptos, mesmo com a dificuldade de pôr em prática as ideias da chamada Escola Nova. Nesse alvorecer de novos adeptos favoráveis ao manifesto, abria-se novas linhas de interpretações como também surgiam novas opiniões. A partir da junção dos diferentes educadores, entre eles católicos e liberais, surgiram as três vertentes: a pedagógica, a ideológica e a política. Dessa forma, esse documento trouxe um marco histórico de mudanças significativas no modo de pensar e fazer a educação no país, trazendo inovações como o modo de pensar a criança, focando na importância do professor e seu papel preponderante nas mudanças almejadas pelo sistema brasileiro de educação (VIDAL, 2013).

Os pressupostos que norteavam o início das mudanças educacionais no território brasileiro estavam embasados nas constantes críticas aos métodos tradicionais da época, os quais estavam baseados no conceito ideológico religioso. Com a implantação do Ministério da Educação, em 19 de março de 1930, iniciava-se o movimento para as mudanças ambicionadas

pelos intelectuais da época. Sendo assim, o *Manifesto* divulgado em 1932, através de diversos órgãos da imprensa, descrevia as bases ideológicas que viriam a embasar tais mudanças (VIDAL, 2013).

Segundo ainda Vidal (2013), o *Manifesto* direcionava o movimento de renovação educacional dos seus autores, que defendia em primeiro ponto a modernização do sistema educacional no Brasil, incluindo a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação, defendendo uma escola única sobre as bases da produtividade do trabalho, fundada nas relações sociais e passando ao Estado a responsabilidade de disseminar a escola brasileira. Além disso, destaca-se como uma das grandes contribuições da Escola Nova a organização científica da escola. Outro ponto importante relatado pela autora foi a ênfase no documento em que os autores se destacavam como pioneiros da educação nova, criando um personagem coletivo:

[...] ao reunir a assinatura de 26 intelectuais e ao fazer uso do termo Pioneiros no subtítulo, a publicação do manifesto criava um personagem coletivo: os pioneiros da educação no Brasil voltariam com frequência a esse personagem coletivo e aos princípios enunciados nesta carta monumento (VIDAL, 2013, p. 579).

Uma forma de combater os defensores do ensino tradicional foi tornar este documento um monumento, através do chamado manual escolar *História da Educação*, de Afrânio Peixoto, e a *Cultura Brasileira*, de Fernando de Azevedo, e demais envolvidos na época, citados anteriormente. Apesar do *Manifesto* marcar o início das rupturas com o modelo de ensino tradicional brasileiro da época, nos anos de 1980 passou a ser alvo de pesquisas científicas, apresentando questionamentos sobre a legitimidade das intenções do grupo signatário coletivo, as reais propostas e lacuna existentes nas práticas que constavam nos documentos. A posição de Intelectual, no período do século XIX e XX, era de que este indivíduo tinha o privilégio de disseminar suas próprias ideias, com roupagens que vinham a atender as demandas sociais. As pesquisas, então, trouxeram para o debate científico o questionamento a respeito da legitimidade das intenções desses Intelectuais que instituíram o Manifesto de 1930 (VIDAL, 2013).

Para Vidal e Faria Filho (2003), esses intelectuais demonstram um interesse de manter-se no poder e liderança que exerciam para serem lembrados nas páginas históricas como os precursores dessas mudanças. As crescentes cobranças sociais e políticas para que houvesse uma modernização dos parâmetros educacionais da época, rivalizando com o ensino tradicional,

incluíam a não cogitação da perda dos seus postos, buscando a imortalidade e permanência de seus nomes como pioneiros e disseminadores dessas inovações.

Outro ponto que aparece com questionamento eram os distanciamentos entre o discurso e a prática, pois ao mesmo tempo em que criticavam o modelo tradicional existente na época, não se efetivavam as propostas no documento para um ensino moderno. O *Manifesto* ecoou em todos os estados brasileiros, gerando, assim, inúmeras discussões e divisões com diversidade de opiniões referente à necessidade de mudanças no campo educacional, chegando à Paraíba com o conceito de que ser moderno, para os defensores dessas mudanças, concebia em ser avançado, ser novo. Mas apesar de todos esses discursos, na prática a situação se configurava bem diferente, pois havia uma dificuldade em romper com os modelos tradicionalistas e o vácuo existente nas propostas práticas da tão sonhada e defendida Escola Nova (AZEVEDO, 2016).

As primeiras experiências com o modelo escolanovista começaram a ganhar proporção e com ele as mudanças significativas para o ensino. Para Carvalho (2002), alguns destaques foram bastante positivos, a começar pela valorização da psicologia, em que se trouxe o conhecimento científico de infância e de criança que antes eram meramente afetivos, passando a ser campo dos saberes da psicologia e pedagogia.

Para Guedes (2020), naquele período, a educação paraibana sofria o processo de expansão do ensino e foi contagiada pela inovadora Escola Nova, quando no governo de Antenor Navarro, assumiu a Direção do Ensino Primário o professor e ex-inspetor de Ensino da Capital José Baptista de Mello. Ao assumir a direção do Ensino Primário no Estado, Mello deu início as mudanças na educação, trazendo como destaque a adoção das propostas de renovação da Escola Nova, priorizando a necessidade de investir na formação do professor. Na visão desses novos pressupostos, toda mudança partiria desta classe de profissionais. Para tanto, o estado precisaria promover meios de capacitá-los. Nessa perspectiva, em 1932, foram criadas as *Revistas do Ensino* da Paraíba, através do decreto de Nº 287, promulgada pelo interventor federal interino do estado, Gratuliano de Costa Brito, que teve como planeador e primeiro editor o professor José Baptista de Mello.

José Batista de Mello teve uma ampla atuação no âmbito educacional. Foi professor no Grupo escolar de Teixeira, professor temporário na escola Venâncio Neiva, e ainda ensinou no Colégio Arquidiocesano, entre outras atuações. Mello estava inserido num meio social e exercia uma influência política, sendo visto como um dos protagonistas no que diz respeito ao movimento escolanovista no Estado. Mello foi o representante dos professores primários e foi através da atuação dele que se criaram métodos para a renovação do ensino, como, por exemplo:

a criação de caixas escolares, cruzadas da saúde, criação dos jardins de infância, biblioteca, entre outros (KULESZA, 2016; GUEDES, 2020).

Em 1934 foi construída a Escola de Formação de Professores sobre a ordem de Argemiro de Figueiredo e o próprio José Baptista de Mello assumiu a direção. As *Revistas do Ensino* da Paraíba eram um veículo pensado para a circulação dessas ideias, transformações, modernidade que vinham ocorrendo na educação do Estado. Muitos professores tiveram sua história marcada nas *Revistas do Ensino* da Paraíba, dentre eles podemos citar o próprio José Batista de Mello, a professora Alice de Azevedo Monteiro e também o professor Mario Gomes, o intelectual abordado neste trabalho.

Nas primeiras publicações da *Revistas do Ensino*, já havia indícios fortes da ideia da Escola Nova. Mario Gomes apareceu já na primeira edição, em 1932, com um artigo por título: *Cooperação que se impõe*, deixando claro que estava inserido numa rede de sociabilidade e que tinha influência política. Dentre os seus inscritos, Mario Gomes abordava temáticas que demonstravam uma preocupação com o ensino e também com as crianças; percebia-se que a didática do periódico se alinhava a ideia de formação social, tendo como público alvo os professores do Estado da Paraíba.

Outro aspecto a ser observado e que chama atenção nos inscritos de Mario Gomes é a preocupação com a formação docente, uma vez que os professores eram agentes que estariam à frente reformulando o contexto educacional da época. Nesse intuito, ele escreveu um poema que fala da Escola Nova, anunciando uma renovação no ensino e a transformação pedagógica (GOMES, 1934). Para Gomes (1934), outra questão a se considerar era que o Estado deveria se responsabilizar pelo ensino para assistir as crianças, vistas como o futuro da nação. As *Revistas do Ensino* da Paraíba possibilitaram o reconhecimento da infância, cuidados com a higiene, com o psicológico, com o corpo e educação moral e cívica.

Na próxima sessão, faremos um breve apanhado sobre a História da Infância e como foi essa infância diante do processo de modernização que ocorria na Paraíba com o advento da Escola Nova.

2.3 História da infância e educação da criança

As pesquisas no campo da história da infância evidenciam diversas mudanças ocorridas na forma de olhar e conceituar a infância. Portanto, faz-se necessário analisar os critérios envolvidos nesse conceito sobre o ponto de vista histórico, social e cultural (GOUVÊA, 2007).

Para Azevedo (2013), a partir do século XIX, é possível perceber que existe uma maior participação dos pais na vida dos filhos, devido à nova concepção de família que se instaurava. Nesse sentido, as famílias começaram a se organizar em torno da criança, dando-lhe mais importância. Naquele período, perder uma criança já lhes causava dor, não sendo vistos como um ser que poderia se substituir por outro tão facilmente.

O conceito sobre a infância e criança sofreu, nos últimos anos, modificações. Dessa forma, podemos dizer que é mais adequado se referir à ideia de infâncias e crianças, levando em consideração o recorte social, racial, étnico, de gênero etc. A concepção de crianças e infâncias apresenta um dinamismo e não pode ser pensada, apenas, pelo cunho biológico. As atuais concepções que vêm sendo construídas ao longo da consolidação dos estudos sobre as infâncias e as crianças no final do século XX e início do século XXI buscam integrar fatores econômicos, sociais, políticos e históricos, compreendendo as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos. No Brasil, este marco legal pode ser simbolizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente com a Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990 (AZEVEDO, 2013; KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

Conforme Azevedo (2013), as mudanças de conceito a que nos referimos foram influenciadas pela emergência e consolidação do sistema de educação, mudanças nas estruturas familiares, crescimento do capitalismo e surgimento de um espírito de benevolência e maturidade dos pais. Nesse sentido, as transformações do processo de industrialização, iniciadas no século XVIII, mexeram na configuração do formato familiar, pois as mulheres passaram a exercer cargos fora do seu lar, conseqüentemente, deixando as crianças aos cuidados de outras pessoas. Segundo Lima (2011), naquele período, essas crianças passaram a ser alvo de debates no mundo político e nas reformas escolares.

Na esteira desse processo, começaram a surgir na Europa as primeiras instituições com objetivo de cuidar dessas crianças pequenas. Em 1770, foi criada a primeira escola voltada para crianças entre 2 a 6 anos, tendo como organizador o pastor João Frederico Oberlin, cujo objetivo era ensinar crianças a soletrar, conhecer letras minúsculas e boa pronúncia, como também os bons costumes de comportamentos moral e religioso (LIMA, 2011).

Com o decorrer dos anos e avanço da sociedade, diversos modelos educacionais voltados para esse público surgiram de maneira simultânea, como, por exemplo: a escola anexa da fábrica de Robert Owen, a *Infant school society*, fundada por Samuel Wilderspin que fazia uso do método Lancaster, o asilo Francês, a creche criada por Marbeau, destinada a crianças menores de três anos, entre outros (ROMÃO, 2019). No final do século XIX, propagaram-se

os chamados Jardins de Infância devido ao crescimento das relações internacionais, como também a chegada dos Congressos de Higiene, Direito, de Assistência e Educação. Dessa forma, o tema infância passava a ser obrigatório em debates organizados nesses eventos.

Na sociedade moderna, um dos marcos importantes desta mudança vem com o aparecimento da escola como um lugar de aprendizagem e das séries divididas por idade. Portanto, as crianças deixaram de ficar misturadas com os adultos, conquistando atenção e seu próprio espaço (ARIÈS, 1981; AZEVEDO, 2013).

Os jardins de infância, pensado por Froebel e criados para fins exclusivamente pedagógicos, no início, não tinham as crianças ricas como público alvo, mas as mais pobres cujos familiares precisavam dispor de um espaço para que elas fossem cuidadas e assistidas enquanto seus pais trabalhavam. Posteriormente, esses jardins de infância se popularizaram e começaram a atender todas as camadas da sociedade, dando início a idealização e construção de jardins de infância particulares e públicos, o que se espalhou desde a Europa até chegar ao Brasil (LIMA, 2011).

De acordo com Gouvêa (2007), o contexto brasileiro do século XIX passava por um longo processo de modernização. Sendo assim, pensar na escola nos moldes europeus em um país que estava se formando politicamente requereu por parte do governo central e provincial muitas medidas, pois a existência de conflitos era iminente. Nessas bases, formava-se o Estado Nacional e muitas funções foram lançadas para as províncias que teriam que administrar demandas diversas, estando a escola entre essas atribuições.

Nesse contexto, surgiram as primeiras iniciativas de criação dos Jardins de Infância no Brasil, estando, intimamente, ligada à realidade do regime monárquico e escravocrata. Em 1875, foi fundado o primeiro Jardim de Infância no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, e de cunho privado. Apenas dois anos depois surgiu um Jardim de Infância em São Paulo. O modelo adotado e materiais pedagógicos provinham de base europeia adquiridos através de exposições que ocorriam nessas referidas cidades. Outros modelos escolares para as crianças pequenas utilizados na França, posteriormente, foram sendo adotados como, por exemplo, as teorias pedagógicas de Mallet, Marbeau, Michelet e Augusto Comte. Sendo necessária a adaptação dessa pedagogia para a realidade brasileira (LIMA, 2011).

Kuhlmann Jr. (2001) relata que, no ano de 1883, surgiu um Jardim de Infância coordenado por Hemérito José dos Santos, sendo auxiliado pela professora Maria da Conceição de Melo Moraes. Porém, o autor destaca o pioneirismo de Menezes Vieira e sua esposa, no ano de 1875, na cidade do Rio de Janeiro. Esse Jardim de Infância era direcionado para as classes

mais abastardas e crianças do sexo masculino, entre 3 a 6 anos de idade. Naquele período, o Brasil adotava, nos seus programas de ensino, a ginástica, a música, os trabalhos práticos e manuais que foram utilizados até o início do século XX. Menezes Vieira, por exemplo, adotou o modelo Alemão para adaptar a realidade brasileira, incluindo a reorganização dos ambientais (ROMÃO, 2019).

Contudo, o início da implantação desses Jardins de Infância sofreu forte oposição, por julgarem onerosos para o Estado. Por um lado, não se tinha garantias educacionais para crianças de faixa etária maiores de 7 a 15 anos, muito menos para as crianças pequenas. Por outro lado, alguns intelectuais e políticos afirmavam que não havia um cunho pedagógico definido e que as crianças precisavam, apenas, de cuidados para que as mães operárias pudessem trabalhar (KUHLMANN JR., 2001). Como o trabalho feminino não era aceito por muitos, a abertura desses estabelecimentos de ensino foi motivo de grande oposição. Dessa forma, a responsabilidade inicial por esses espaços foi da iniciativa privada.

Conforme Romão (2019), apesar do governo brasileiro não ter no seu plano nacional incluso uma proposta educacional para as crianças pequenas, Rui Barbosa, em 1880, elaborou os Pareceres da Reforma do Ensino. Conforme Galvêncio e Costa (2012), esse documento defendia a criação de um sistema nacional de educação moderna para o país, sendo obrigatório, laico e gratuito, contemplando desde o jardim de infância até o ensino superior. Neste projeto, Rui Barbosa destacava a necessidade de ser desenvolvida na criança desde cedo as faculdades físicas, mentais e intelectuais, utilizando o modelo Froebel.

Nos primeiros anos de criação e propagação dos Jardins de Infância no Brasil, o modelo da época mais adotado foi o de Froebel. Contudo, foi necessário adaptações para a realidade local, Rui Barbosa defendia que os Intelectuais nacionais deveriam ser produtores desses materiais (GALVÊNCIO, COSTA, 2012).

Um importante avanço para o público infantil de primeiros anos veio com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à infância do Brasil no ano de 1899. Esta instituição focava crianças de até os 8 anos com intuito de proteger crianças que viviam na linha da pobreza, acometida de doenças, com algum tipo de deficiências, entre outros. O instituto estabelecia a criação de serviços de ama de leite, atenção à saúde dos recém-nascidos, criação de maternidades, creches e Jardim de Infância, visando atender as demandas oriundas que surgiam para esse público (AZEVEDO, 2013).

Com as mudanças no âmbito político nacional no século XX, ocorreu uma transformação também nos conceitos de infância, saindo da visão meramente assistencialista.

O discurso mudou para uma formação infantil mais ampla, visando o desenvolvimento da pátria por meio de sua formação. Nesse século, muitos embates foram travados para a inserção dos conteúdos que deveriam ser ensinados, isto implicava diretamente no tempo e no espaço que eram utilizados e também na metodologia aplicada, requerendo assim uma estruturação para desenvolver a pedagogia moderna.

Como observa Gondra (2018), o país tem marcas de intervenção tanto na profissionalização quanto no ingresso e permanência de alunos em instituições. Com esse crescimento institucional e a democratização, o Brasil sofreu rupturas e alcançou crescimentos, incluindo as reformas na educação com variações dentro dos modos de ensino, requerendo uma homogeneização das classes e a hierarquização dos saberes. As modificações eram feitas com o intuito de um bom governo de multidões. Nesse sentido, em seguida, abordaremos um breve apanhado sobre a trajetória do jardim de infância na Paraíba e a sua expansão no decorrer do movimento escolanovista.

2.4 O jardim de infância na Paraíba e a contribuição da Escola Nova

Lima (2011) afirma que a discussão sobre a criação dos jardins de infância exerceu forte impacto na Paraíba, em meados de 1917. Porém, já nos anos de 1910, essas ideias estavam ganhando proporção no debate público se intensificando, no decorrer dos anos de 1920, na defesa da fundação desses jardins de infância. Em 1921, João Alcides Bezerra Cavalcanti, Diretor Geral da Instrução Pública, apresentou um Relatório ao então Presidente de Estado, Sólon Barbosa de Lucena, em que consta:

Para complemento das nossas instituições escolares é-nos mister o jardim de infancia, a creação admiravel de Froebel, da qual, em alguns artigos cogita o regulamento vigente da instrucção publica...[...]. O jardim de infancia, que torna a creança do regaço materno aos três annos para conserval-a até aos seis, é o ambiente salutar destinado a promover o desabrochacamento intellectual e volitivo dessas tenras flores humanas. Jardineiras propectas e vigilantes auxiliam a Natureza, corrigindo-lhe os descuidos e suprimdo-lhes as defficiencias...[...]. Num jardim de infancia devia entrar-se como se entra nos templos, com o mesmo respeito e com a mesma emoção (LUCENA *Apud* LIMA, 2011, p. 31).

Conforme descrito em relatório, a solicitação de implantação foi apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, indicando a professora Alice de Azevedo Monteiro como umas das mais competentes professoras da capital para ir estudar no Rio de Janeiro. Segundo

Romão (2019), Monteiro seria a pessoa mais indicada e que não traria ônus para o Estado ao viajar e, assim, organizar a fundação dos jardins de infância, adequando a situação financeira local. A ideia dos jardins de infância surgiu na Paraíba ainda no início do século XIX, em 1908 a 1913, tinha como defensor Xavier Junior, diretor de instrução pública. Baseado nas ideias de Froebel, Xavier Junior planejava anexar o jardim de infância à escola modelo Espindola (2017). Ainda de acordo com Espindola (2012), o presidente Castro Pinto também instituiu uma Lei para melhorar as questões educacionais do Estado, reformando escola Normal e a implantação de grupos escolares e jardins de infância, que de acordo com Romão (2019), por questões políticas, tais planos não foram executados neste período. Apenas em 1932, consta a abertura do primeiro jardim de infância, de cunho privado, na então cidade da Parahyba, tendo como percussora a professora Alice de Azevedo Monteiro. Posteriormente, em 1934, concretizou-se o primeiro estabelecimento público.

De acordo com Lima (2011), a implantação no ano de 1932 seguia dentro do processo das reformas educacionais da época e fora criado com base nos preceitos da Escola Nova. As criações desses espaços tiveram fortes apelos de alguns Intelectuais e educadores tidos como referência para o cenário político da época. O primeiro jardim de infância público foi instalado no grupo escolar paraibano Dr. Thomas Mindello, sendo levada em conta a arquitetura. O início das instalações dos espaços dera-se de forma tímida, devido à condição financeira do Estado, visto que não bastaria ter apenas um espaço adequado, mas também móveis planejados para atender a proposta, como também materiais didáticos utilizados pelo método froebeliano. A compra de um piano para educação através do canto, além de se destacar as poesias, desenhos, pinturas e esculturas, permitiu a livre expressão através das artes, baseada também nos pressupostos da Escola Nova.

No ano de 1911, vinha-se debatendo a necessidade de uma reforma na instrução primária. Nesse sentido, a modernização do sistema educacional da Paraíba, com inúmeras mudanças e investimentos à luz das propostas apresentadas como novo modelo. Contudo, a ideia de reformar o ensino não engloba as crianças dos jardins de infância, esse grupo ainda não se tornaria alvo de preocupação e investimento por parte do poder público. Esta preocupação só veio a acontecer com a regulação do Decreto n. 873, de 21 de dezembro de 1917, em que se adequava os jardins de infância, elaborado no governo de Camillo de Hollanda. Contudo, apesar de estar oficialmente criado e posto em Lei, efetivamente essa realidade só passa para a prática na década de 1920 (LIMA, 2011).

O Decreto n. 873 de dezembro de 1917, no artigo 197, deu as diretrizes de como deve compor o corpo de profissionais e segue:

Art. 197- O jardim de infância terá o seguinte pessoal: uma diretora; uma professora para cada classe, uma inspectora e um servente.

Art. 198- Serão nomeadas diretora e professoras do jardim de infância, normalistas diplomadas, que tenham adquirido competência para essa especialidade de ensino em estabelecimentos congêneres (LIMA, 2011, p. 35).

Assim, a Reforma do Ensino do governo de Camillo de Hollanda que regulamentava o Ensino Primário no Estado da Paraíba trouxe avanços significativos para o desenvolvimento educacional infantil da Capital. Nesse sentido, mesmo que vindo a sair do papel alguns anos depois, este marco histórico, constando em Lei, permitiu que houvesse uma luta política e cobranças futuras para que saíssem do papel para a prática.

Segundo Romão (2019), a Aliança Liberal encabeçou diversas ações na Paraíba em prol da educação popular. Essas ações já estavam sendo implementadas no Rio de Janeiro e São Paulo, tendo como linhas estruturantes as propostas da Escola Nova. O governo, por sua vez, deu início as mudanças, investindo na formação de professores e credenciando viagens pedagógicas para que esses professores se qualificassem. Ao tempo criou o Instituto de Educação, seguindo o mesmo modelo de Anísio Teixeira no Distrito Federal.

Neste contexto, José Baptista de Mello assumiu o centro de destaque na Reforma do Ensino paraibano, o mesmo se tornou representante dos professores primários dos órgãos dirigentes do ensino público, sendo o principal defensor da Escola Nova no Estado da Paraíba. Recife foi outra referência que trouxe significativas colaborações para implantação dos modelos da Escola Nova na Paraíba. No governo de Antenor Navarro, foi criada uma comissão de professores que seriam enviados para serem capacitados no estado vizinho, que já tinha se tornado modelo de ensino nos moldes escolanovista. Foi a partir dessas iniciativas, que se criaram as famosas Semanas Pedagógicas, com intuito de se avaliar como estava o ensino no estado paraibano. O intuito era que, com essas semanas pedagógicas, os professores aprendessem fazer seus planos de aula direcionados, visando o cuidado e afeto, a emoção das crianças (KULESZA, 2016).

As ideias educacionais da Escola Nova usavam a figura da criança como futuro da nação e que a pátria só alcançaria o patamar de nação desenvolvida se a educação dessas crianças tivesse início o mais cedo possível. Assim, o projeto de modernidade do Brasil tornava a educação o tema central do país. A Paraíba adentra nesse cenário criando o periódico trimestral

da *Revista do Ensino*, com intuito de manter aceso o espírito da reforma durante todo o ano letivo, visando englobar o interior do estado, sendo distribuída nas escolas.

A influência de José Baptista de Mello no meio educacional e sua colaboração para as mudanças tiveram como destaque a criação das cruzadas da saúde, criação dos jardins de infância, clubes agrícolas, bibliotecas, círculos de pais e mestres, caixas escolares, entre outros. As manifestações concretas na ânsia pela renovação do sistema de ensino nos modelos pontuados pela Escola Nova, naquele período, foram vistas como porta de salvação da educação nacional (GUEDES, 2020).

No próximo capítulo, apresentaremos as *Revistas do Ensino* da Paraíba, sendo elas um veículo de sociabilidade intelectual. Além das ideias que circulavam no momento, a revista era também uma maneira pedagógica de atualizar os professores sobre os métodos de ensino.

3 REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA

Neste capítulo, abordaremos sobre a importância dos impressos, a exemplo das revistas e jornais que circulavam no final dos séculos XIX e XX, como meio de difundir a necessidade de mudanças no âmbito educacional, político e social. Para tanto, nosso foco volta-se para as *Revistas do Ensino*¹ da Paraíba, bem como para mapeamento e as análises realizadas sobre os escritos de Mario Gomes.

3.1 Um Breve Histórico sobre os Impressos

Com o avanço das pesquisas históricas, a investigação da imprensa aparece como lugar de expressão de sujeitos, mas percebe-se também o sujeito e o meio de sociabilidade dele, como afirma Galvêncio (2013, p. 31): “[...] a palavra impressa deixou de ser vista apenas como reflexo da realidade para significar discursos e expressões de protagonistas como também agentes históricos que intervêm nos processos e episódios da vida social”. Para a autora, os jornais e revistas eram meios de circulação das ideias vigentes da época e mostravam os pontos em comum entre esses intelectuais.

¹ Um projeto que reuniu professores e pesquisadores da UFPB e UFCG, fizeram o trabalho de coleta e digitalização desse periódico, garantindo a possibilidade de diversos pesquisadores terem acesso de qualquer lugar através de um site onde todas as Revistas estão disponíveis.

Esses sujeitos abordavam temas como expressões culturais, posicionamentos e projetos convergentes, como afirma Costa, Espindola e Galvêncio (2013, p. 58):

Os jornais tinham como função movimentar as ideias do período, trazendo para o cotidiano os projetos políticos que disputavam hegemonia na sociedade brasileira. Desse modo, a imprensa pode ser pensada como um lugar privilegiado de disseminação da cultura educacional, pois, foi por meio desses que as ideias eram divulgadas.

A circulação dos impressos nos séculos XIX e XX fazia-se presente no Brasil, e os temas educacionais estavam presentes nesses inscritos de modo muito evidente. Segundo Galvêncio (2013), além das escolas, esses jornais serviam como um espaço educativo para o público da época, lembrando que nem todos tinham acesso a esses inscritos e, por esse motivo, muitas vezes, eram criados grupos para leitura coletiva.

Enquanto isso, o mercado editorial no Brasil crescia e se tornava um meio de estratégias para educação da nação. Convém ressaltar que foi nesse veículo de comunicação que ocorreu a disseminação do conceito da Escola Nova através do jornal *O Estado de S. Paulo*, que publicou o inquérito de 1926, dando início a disseminação dessa ideia. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação* também ganhou publicação em livro na coleção *Brasiliense* da Companhia Editora Nacional. Conforme Galvêncio (2013), tanto os jornais como livros são importantes para compreender os posicionamentos e a proposta educativa dos intelectuais da época.

No contexto paraibano, o conceito da Escola Nova já estava sendo anunciado antes da publicação do *Manifesto*, dando início a descentralização dessas propostas. Desde 1923, essas ideias estavam presentes no jornal, *A União*, que foi criado, em 1893, com intuito de servir ao estado republicano. Em 1910, o referido impresso passou a ser um órgão oficial do governo e era um dos principais veículos de disseminação das propostas da escolanovista (GALVÊNCIO 2013).

As *Revistas do Ensino* da Paraíba são fontes fundamentais para a História da Educação no Estado, sendo um dos principais meios de comunicação, informação e atualização entre os mais variados leitores, cuja finalidade era a busca de uma compreensão mais ampla de como se desenvolveram ações e as transformações temporais de diferentes contextos de atividade humana. Nesse período, foi relevante o papel da imprensa como veículo de atualização e modernização. Portanto, os impressos serviam como uma base teórica, para a atuação do professor (ASSUNÇÃO, 2016).

As *Revistas do Ensino* continham inúmeros conteúdos que perpassavam temas, como, por exemplo: higiene do corpo e da mente, artigos de opiniões, atos oficiais sobre o ensino primário e normal do Estado, exaltação dos grandes vultos e feitos, orientações pedagógicas, nomeação de professores, matrícula de aluno, normativas para o exercício docente, publicações referentes à criação de instituições de ensino, entre outros (ASSUNÇÃO, 2016). A imprensa pedagógica no Brasil tornou-se um meio de conhecimento, pois permitia o acesso aos pensamentos pedagógicos de um grupo social específico, que perpassavam o universo educacional da época, tornando-se uma valiosa fonte de pesquisa e estudos.

Desse modo, é possível dizer que o Estado se utilizou da *Revista do Ensino* como meio de propiciar as políticas educacionais. As concepções presentes no periódico direcionavam para a prática escolar, com o intuito de oferecer apoio aos professores: “Ao escrevermos sobre a imprensa pedagógica consideramos a sua importância como suporte didático para a História da Educação e sua atuação entre Estado, escola, escola e professor, professor aluno” (ASSUNÇÃO, 2016, p. 48). Nesse sentido, de acordo com Assunção (2016), as *Revistas do Ensino* foram um meio de produção cultural, sua leitura nos permite entendimento acerca da concepção de estado, da escola e da sociedade

Diante disso, utilizamos as *Revistas do Ensino* como fonte, pois foi por meio dela que o intelectual Mario Gomes divulgou suas ideias sobre a educação da infância no meio social e político em que atuava. Faremos um resumo geral das principais ideias desse periódico. Lima (2011) e Assunção (2016) explicam que o pesquisador precisa levar em consideração as impressões de dada época, pois o conteúdo presente nas revistas não seria um retrato fiel, por ser carregada de interpretações de um determinado grupo. Nesse sentido, consideremos a *Revista do Ensino* como um meio de produção cultural, pois essa leitura apresenta uma concepção de sociedade ideal.

As *Revistas do Ensino* da Paraíba foram um periódico que tiveram sua circulação nos anos de 1932 e 1942. Essas revistas contaram com uma década de produção que se fazia de forma trimensal, embora isso não tenha efetivado. A revista teve um total de 15 publicações com 18 exemplares, visando auxiliar os professores das escolas públicas em suas práticas. A revista foi pensada e idealizada pelo professor José Batista de Mello que ficou à frente da diretoria, perpassando por vários cargos até 1934, desde a sua primeira publicação (ROMÃO, 2019).

Um das finalidades da revista era a propagação dos ideais das políticas e didáticas da Escola Nova e do conceito de modernização educacional e, conseqüentemente, civil do estado

paraibano. Os próprios educadores assinavam essas revistas, sendo a maioria dos artigos compostos por alguns destes professores: Mario Gomes, Alice de Azevedo Monteiro, José Batista de Mello, Julita Ribeiro, América Monteiro, Anísio Teixeira, entre outros. De acordo com Assunção (2016), a assinatura era obrigatória e o valor era descontado anualmente na folha de pagamento dos docentes do Estado. O conteúdo da revista constava textos de homenagens a políticos, professores, médicos e pessoas influentes na sociedade. Outro aspecto a ser observado era a presença de avisos, fatos com os feitos governamentais, de escolas, entre outros.

Nas publicações das *Revistas do Ensino*, a infância e a escolarização das crianças eram um assunto recorrente. Nesse sentido, uma das principais ideias era com a formação de professores e professoras, pois esses seriam os sujeitos capazes de efetivar a ideia de novo através dos métodos de ensino, da propagação do discurso dos ideais escolanovistas.

Essa tendência é perceptível desde a primeira publicação da *Revista do Ensino*, quando nos deparamos, por exemplo, com um artigo da Professora Alice de Azevedo Monteiro que idealizou os jardins de infância no Estado da Paraíba. Monteiro (1932) discorreu a respeito dos Jardins de infância, ressaltando que nessa fase as crianças precisariam de mais atenção e uma afetividade para o melhor desenvolvimento. Outro aspecto importante é a sua preocupação com as jardineiras, professoras do citado Jardim de infância, pois para Monteiro (1932), as jardineiras deveriam ser simples, amorosas, cuidadosas e não ter nenhum problema de saúde. As jardineiras não precisariam ter nível superior, mas deveriam carregar essas qualidades (GALVÍNCIO, SILVA, GUEDES, 2019). Para Romão (2019, p.35), Alice de Azevedo Monteiro acreditava que “[...] o jardim de infância seria uma fase em que as crianças necessitavam de afeto e amor”, pois o ambiente de ensino era fundamental para o aprendizado das crianças.

Muitos outros temas que estão ligados ao ideário escolanovista podem ser percebidos na leitura dos sumários da revista em seus 15 volumes. Contudo, detivemos-nos a investigar os textos do intelectual e professor Mario Gomes. Sendo assim, na próxima sessão, apresentaremos um quadro com o mapeamento dos textos publicados por Mario Gomes, dando enfoque aos seus escritos que trataram sobre a educação da infância.

3.2 Mario Gomes e sua contribuição intelectual no meio educacional e social da Paraíba

Nesta sessão, iremos apresentar o mapeamento dos artigos escritos pelo intelectual e professor Mario Gomes, que atuava na inspeção educacional na Paraíba e que trouxe grandes reflexões e colaborações para o ensino da infância no Estado.

Elaboramos uma tabela que foi pensada a partir da experiência adquirida do projeto PROLICEN/2019, em que realizamos levantamento também dos artigos que falavam sobre as crianças, os jardins de infância, de autoria de Alice de Azevedo Monteiro. Além disso, também transcrevemos alguns artigos de Mario Gomes para análises, sendo eles: *Cooperação que se impõe* (1932), *Cultura Estética* (1932), *Cruzada infantil* (1932), *Escola Nova* (1932), *Noções de Comportamento* (1938), *Deveres do Estado para com a Criança* (1932). Para tanto, utilizamos como palavras-chave, como: criança, infância e Escola Nova.

Com isso, faremos uma breve apresentação das *Revistas do Ensino* da Paraíba, as relacionadas de acordo com o ano e número da edição, bem como indicando os diversos temas abordados por Mario Gomes conforme podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1 – Mapeamento de todos os artigos escritos por Mario Gomes nas *Revistas do Ensino* da Paraíba.

MAPEAMENTO DOS ARTIGOS DE MARIO GOMES NA REVISTA DO ENSINO*			
ANO	Nº	TÍTULO	PG
1932	Anno I n.1	<i>Cooperação que se impõe</i>	35-37
	Anno I n.2	<i>Observações sobre Higiene Escolar</i>	39-41
	Anno I n.3	<i>Escola Nova</i>	43-44
	Anno I n.3	<i>Deveres do Estado para com a Criança</i>	61-65
1933	Anno II n. 4/5	<i>Cultura Estética</i>	35-38
	Ano II n. 6/7	<i>Cruzada Infantil</i>	39-45
1934	Ano III n.10	<i>O Lar e a Escola: Contribuição para Círculos de Pais e Mestres</i>	25-28
1938	Ano V n.16	<i>Noções de Comportamento</i>	31-33
1942	Ano X n.17	<i>Bons e maus Escolares</i>	27

*Tabela construída a partir do sumário

Nos artigos constantes na tabela acima, Mario Gomes (1932) escreveu para a *Revista do Ensino*, edição de número 1, ano I, o artigo com tema: *Cooperação que se impõe*. O autor abordou sobre a organização social e menciona a sua importância em vista de pensar o futuro das crianças, assim como do ambiente escolar. Para ele, a educação deveria ter a missão de formar o sujeito para colaborar com a evolução das organizações políticas e não apenas para se ter um papel de destaque ou vaidade. Lembrando que as tais evoluções políticas são as melhoras de cunho social. Gomes (1932) ratificou a importância de uma reformulação para se modernizar a pedagogia através dos métodos de ensino.

No mesmo ano, na edição de lançamento da Revista, número 2, ano I, o autor trouxe uma reflexão sobre a importância da higiene escolar, fazendo uma crítica ao sistema político educacional e alertando sobre o atraso que vinha sendo refletido no Nordeste, em especial, no sertão do Estado da Paraíba, que parecia por falta de higiene.

Mario Gomes (1932) continuou abordando a temática da higiene e dos cuidados físicos no artigo por título *Deveres do Estado para com a Criança e Noções de comportamento*, sendo perceptível o olhar cuidadoso do autor para com a saúde das crianças, os espaços educativos e também a responsabilidade do Estado sobre esses menores, enfatizando também o cuidado dos familiares.

No poema intitulado de *Escola Nova* e no artigo *Contribuição para o Círculo de Pais e Mestres e Bons e Maus Escolares*, presentes na Revista de n. 3, ano I, Gomes (1932) abordou o tema relacionado ao docente e falou a respeito da organização social, das responsabilidades do professor para com o futuro da nação e da esperança depositada nas crianças como futuro da nação. Outra questão que ele mencionou foi a falta de cooperação dos pais, pois a escola seria uma extensão do lar e, muitas vezes, os pais não proporcionavam a devida formação em domicílio. Além disso, ratificou em seu contexto sobre a modernização do ensino, citando Decroly e Montessori como modelo de métodos pedagógicos inovadores. Mario Gomes (1932) demonstrava tristeza e preocupação ao falar de como os conservadores lutavam para manter-se na sua posição arcaica. Ainda no seu poema *Escola Nova*, corroborava para que o movimento da Escola Nova fosse visto como meio que traria a clareza e ampararia a evolução da nação.

A *Revista do Ensino* nos números 4 e 5, do ano II, publicado em 1933, consta o artigo intitulado *Cultura Estética*, em que Mario Gomes (1933) falou sobre a importância da escola se tornar atraente e ser um objeto de observação, destacando a necessidade de se inovar na estrutura externa, ou seja, ser atrativa para o aluno através de estímulos auditivos, táteis, visuais, como também investir na qualidade da recreação.

O ensino objetivo tem na cultura estética um poderoso auxiliar. É esta a razão pela qual fazemos hoje na escola centro de atração onde o asseio, a ornamentação simples, o trabalho construtivo, e os jogos educativos prendem a alma infantil que cheia de luz e beleza logo se adapta ao ambiente escolar aparelhado como centro condensador da sua atenção (GOMES, 1933, p.35).

Dando continuidade aos artigos descritos, salientamos outro artigo de mesmo ano com tema: *Cruzada Infantil*. Mario Gomes (1933) citou neste artigo 10 direitos que as crianças deveriam ter. Para ele, esses direitos deveriam ser respeitados e postos em prática, visando o aperfeiçoamento da raça, em que, no futuro, poderíamos ter uma sociedade organizada capaz de salvar o país. Isso se daria através de uma instituição de assistência social que, na visão do autor, seria capaz de contribuir na formação e proteção das crianças.

Na Revista de número 10, do ano III, Mario Gomes (1934) trouxe esclarecimentos sobre os significados das palavras: família, lar, sociedade, sociologia e escola. Nesse sentido, ele instruiu sobre a finalidade de cada uma delas, alertando para que não houvesse interferências da escola no lar e vice-versa. Para tanto, destacou a importância dos pais se instruírem para prestar orientação aos filhos, participando dos círculos de pais e mestres para gerar intercâmbio de conhecimentos sobre: higiene infantil e novas metodologias do ensino. Ainda neste artigo, Gomes (1934) descreveu como organizar o círculo de pais e mestres, utilizando como exemplos reuniões festivas, não sendo de cunho obrigatório.

Na revista de número 16, do ano 1938, Mario Gomes (1938) publicou *Noções de Comportamento*, que abordou a criança e o seu comportamento, destacando que existe uma diversidade nas crianças, podendo ser caracterizadas como: inquietas, impulsivas, emotivas etc. Desse modo, haveria um acentuado percentual de normalidade, mas também considera que existe crianças fora da normalidade ou anormais². Para tanto, conforme Gomes (1938), o professor deveria ter em mente que o seu papel é orientar e administrar o comportamento do aluno, não sendo aceitável grosseria com as crianças. Nesse sentido, é preciso que esses profissionais tivessem o conhecimento básico sobre a psicologia do comportamento infantil e, por isso, destacava a importância da busca, por parte do professor, à continuação da formação.

Mario Gomes (1942) publicou também na *Revista do Ensino*, número 17, do ano 1942, o artigo com o tema: *Bons e Maus Escolares*. Apesar do título ser bastante sugestivo, o autor, esclareceu que não havia comprovação científica do termo *bons e maus escolares*. Com isso,

² Sobre a nomenclatura expressa neste texto (crianças normais e anormais), enfatizamos que se trata de uma referência datada na qual o autor Mario Gomes utilizava.

destacou que não convém fazer distinção por classe social, mas a criança ser vista apenas como aluno. Portanto, enxergava o aluno como o futuro cidadão, pois o indivíduo deveria ser formado para tornar-se útil no meio social em que estava inserido. Para Gomes (1942), ser bom aluno era não apresentar nenhum tipo de problema de saúde, estando apto ao pleno desenvolvimento. Nesse sentido, o professor deveria se destacar pela postura dócil, não menosprezando seu aluno inquieto, fantasioso e mentiroso, mas, antes de tudo, fazer uma busca pela causa de tais distúrbios.

Gomes (1942) finalizou o artigo descrevendo sua experiência como professor do reformatório de Pindobal com crianças consideradas anormalíssima. Diante da breve exposição sobre os temas publicado por Mario Gomes na *Revista do Ensino*, na próxima sessão, apresentaremos as análises sobre o tema da educação da infância.

3.3 A Infância descrita por Mario Gomes na *Revista do Ensino*

Nesta sessão, abordaremos a temática da infância nos escritos de Mário Gomes nos artigos mencionados anteriormente. Portanto, uma das temáticas mais abordadas pelo intelectual foi a importância da infância para formação nacional. Segundo Gomes (1932), os Estados Unidos, a Rússia, a França, a Alemanha e a Itália tornaram-se países desenvolvidos e potências mundiais por cuidar das crianças desde cedo.

Gomes (1932) dava enfoque na Rússia, explicando que este país já cuidava das crianças desde o ventre materno. Nesse sentido, defendia que o Estado deveria acompanhar o pré-natal até a idade escolar, responsabilizando-se por uma pensão até os nove meses de vida da criança e cuidando, protegendo, investido na saúde e educação infantil. Sobre este assunto falou: “Todos os grandes Estados compreendem já que está na criação a garantia das raças provindoras, e assim deram-lhe o lugar saliente na comunhão social observando-a com carinho, assistindo-a com sabedoria e estimando-a com entusiasmo” (GOMES, 1932, p.61).

Gomes (1932) cita os Estados brasileiros pioneiros em adotar a cultura da infância, como: São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, também fez referência a Lourenço Filho, um dos pedagogos pioneiros com relação à concepção dos cuidados com a infância. Nesse sentido, Gomes (1932) propagava o ideário da Escola Nova em que as crianças eram vistas como o futuro da nação e um dos propósitos era aperfeiçoar o indivíduo para viver socialmente e garantir o futuro do país.

Mario Gomes (1932) tinha um olhar voltado para as crianças, entendendo que seria através dos ensinamentos modernos que as crianças deveriam ser educadas para o trabalho, para a civilidade e a responsabilidade. Dessa forma, a pedagogia moderna da Escola Nova poderia inculcar também nas crianças o amor pela pátria e pelo progresso da nação.

Mario Gomes (1938) nos seus escritos atentava para alguns aspectos dessas crianças, mencionando que eles precisariam ser enxergados dentro dos seus contextos familiares e sociais. Outro ponto que chamava atenção é que existem vários tipos de crianças e que a missão do professor era compreendê-las e adaptá-las à realidade. Nesse sentido, o professor deveria observar e perceber as particularidades das crianças, pois algumas eram criativas, irritadiças e apresentavam comportamentos inquietos; outras proferiam mentiras e também poderiam ter alguns comportamentos anormais:

Há vários tipos de crianças que se podem classificar em relação ao comportamento; Inquiêtas, impulsivas, emotivas etc.; com acentuado índice de normalidade. Há ainda os pervertidos, mentirosos, cleptomanos com índice inferior de normalidade. Entre os mentirosos, existem fantasias cuja mentira longe de revelar um defeito aos olhos do professor, deve ser lida com revelação de uma faculdade intelectual que reponta (GOMES, 1938p.31).

Diante disso, ele fazia a ressalva de que não caberia julgar essas crianças, mas descobrir a sua necessidade, o que deveria se apoiar nas pesquisas e estudos existentes nas literaturas para compreender o universo infantil. Ainda havia dois fatores que se somavam às questões apontadas como importantes para Mario Gomes: o primeiro seria os problemas sociais, como a miséria que fazia com que essas crianças fossem exploradas no mundo do trabalho e o segundo era a questão educacional:

A falta de pão, de vestido e de teto que produz a miséria a prematura exploração da infância por pais desnaturados, a morte da liberdade que é o patrimônio da escola de clausura, do anacrônico tipo de ensino verbalista e livresco e alheamento à natureza: a falta de atividade bem dirigida, corrente impulsionadora de todo o trabalho, isolamento sistemático dos dois sexos, o desamparo de que podem ser culpados os pais, o Estado, o município e a sociedade são os piores inimigos da alegria infantil, uma vez que dão direito ao menino de exigir que se elimine, impõem a essas quatro entidades o sagrado dever de opor-se a que existam ainda que com pequena importância (GOMES, 1933 p.41).

Nesse sentido, para Gomes (1933), seria, apenas, através da educação e do bom acolhimento dos pais, da sociedade, do Estado e do município que esses indivíduos teriam um

futuro digno com um trabalho para subsistência. Portanto, a escola tornaria-os em alguém útil para a sociedade. Mario Gomes (1932), ao retratar a figura da criança, no seu poema, fez uma comparação de que a sala de aula seria um roseiral, sendo a criança uma valorosa flor.

Para falar da infância, Gomes (1933) também fez uma viagem no tempo e trouxe sua memória o relato de um experimento vivenciado por ele que ao ouvir o tic-tac do relógio, danificou-o tentando abrir. Desse modo, ao relatar sobre a curiosidade e a experimentação da criança, demonstrava que nem sempre o mau comportamento seria um problema e que poderia ser, apenas, o instinto infantil da descoberta. Mario Gomes (1933) citou ainda que a criança deve ser tratada com amor e afetividade, exemplificando quais eram bons comportamentos que todos deveriam ter. Sendo esse um exercício durante a infância, a criança seria um adulto bem-comportado e não negligenciaria os bons costumes.

Outra autora que ganha destaque nas *Revistas do ensino* e que é contemporânea do professor Mario Gomes é a professora Alice de Azevedo Monteiro. Esta também se preocupava com a educação das crianças pequenas. Segundo Galvínio, Silva, Guedes (2019), a trajetória intelectual de Monteiro foi marcada pelo pioneirismo no processo educacional das crianças pequenas, pois implementou uma das primeiras instituições infantis no estado, baseada no modelo do Kindergarten que foi o jardim de infância na Paraíba.

Para Alice Monteiro, as crianças deveriam ser amadas, cuidadas e protegidas. O jardim de infância era a referência para escola das crianças pequenas; as professoras seriam as jardineiras que plantariam as sementes do conhecimento nesses alunos, sendo eles uma terra pronta para germinar a semente do conhecimento. Com isso, percebe-se que o investimento no debate sobre a infância acentuava-se a partir do século XX, demonstrando a emergência no cuidado com as crianças:

Para ela, a prioridade da instrução nas escolas maternais seria preparatória, constituindo, dessa forma, um ambiente afetuoso, para que as “jardineiras nivelassem as crianças”, as ensinando os princípios de comportamento, sem teorias, mas com respeito à individualidade, pautado no exemplo humanitário para que quando chegassem às escolas primárias, os professores não as precisassem disciplinar, apenas cultivar o saber, para que elas aprendessem com mais afinco (GALVINCIO, SILVA, GUEDES, 2019)

Além de se preocupar com o ensino e com o comportamento dessas crianças, Mario Gomes (1932) aludiu sobre problemas médicos enfrentados pelo Estado e que atingia diretamente a infância, como, por exemplo: o alto índice de mortalidade infantil, principalmente, nas populações rurais. De acordo com o autor, esse problema ocorria com maior

frequência no sertão do Estado, sendo observado por ele através de suas visitas de inspeção nas diversas escolas que passava. Dentre as causas dessa mortalidade, estava o raquitismo, a tuberculose, sífilis, verminose, a até mesmo a lepra.

Mario Gomes (1932) demonstrava um tom de revolta nas suas palavras, enfatizando que as tantas glórias do Brasil o do Nordeste padeciam com questões que poderiam ser facilmente resolvidas com conscientização e a organização dos estabelecimentos de ensino. Gomes (1932) denunciava que esses lugares eram escuros, abafados, parecendo-se como uma moradia de pardais e que tudo isso demonstrava o descaso com os alunos. Por isso, Mario Gomes (1932) defendia que houvesse uma campanha séria para a conscientização da população:

Os sinêtes terríveis da opilação e do raquitismo estigmatizam os nossos escolares. Eu sou dos que pensam que sem uma campanha seria de higiene escolar tão cedo não poderemos conquistar o campo que nos propuzemos tomar de assalto! O pulo da rotina para o que se vê agora foi um salto gigante mas cumpre atacar a velha bastilha por todos os lados e a praça forte a conquistar primeiro, deve ser o lar. [...] Propaguemos os ensinamentos modernos de higiene infantil por todos os meios: por conferencias, pamflêtos, cartazes e uzemos até de violencia nas leis se preciso fôr para salvar a criança (GOMES, 1932, P. 40).

A cruzada infantil foi um movimento de assistência social, com o intuito de aperfeiçoamento da raça. Nesse contexto, apelava-se para que existisse a reparação com as crianças injustiçadas socialmente, devendo ser estabelecidos os direitos infantis. Para isso, no dia 12 de outubro de 1932, através da cruzada infantil, Gomes (1933) trouxe 10 direitos que deveriam ser usados como bases fundamentais para ajudar as crianças no processo de aperfeiçoamento:

1º) Direito de paternidade; 2º) Direito à vida; 3º) Direito da saúde e do desenvolvimento integral; 4º) Direito à alegria e ao amor 5º) Direito à terra, à água, ao ar e ao sol; 6º) Direito à liberdade e à superioridade; 7º) Direito de ser alguém; 8º) Direito da cultura; 9º) Direito à consideração social; 10º) Direito de ser menino (GOMES, 1933, p.40).

Gomes (1933) explicou que esse seria um projeto para a posteridade, pois sua execução poderia levar muito tempo. Interessante é perceber que alguns destes direitos só se efetivaram no Brasil na década de 1990, com o Estatuto da Crianças e do Adolescente (ECA) e que, mesmo depois de tanto tempo, muitas crianças, ainda, são alijadas dos seus direitos em nosso país.

Contudo, para Gomes (1933), este era um sonho e um plano que seria possível através da união de todos, por meio da cooperação que partiria do interior dos lares, pois as crianças

ensinadas de forma imprudente e sem direcionamento seriam levadas ao desânimo, sem vontade de aprender. O cuidado com as crianças inicialmente era responsabilidade dos pais, mas precisaria de uma participação do Estado, do município e também das escolas para uma efetivação na civilidade delas.

Mario Gomes (1932) estava inserido no movimento escolanovista, pois a Escola Nova seria a oportunidade para que a modernidade chegasse às escolas e ao ensino no Estado. Para tanto, a inovação deveria estar dentro das salas de aula, atingindo tanto o ensino das escolas normais, primária e secundárias: “Para a ordem da classe, a doce infância tem um dedo a lhe apontar as passagens do bem (GOMES 1932 p. 44)”. Nesse sentido, para Gomes (1938), a atuação docente era uma missão importante, pois os professores tinham que se comprometer em educar as crianças dentro da sala de aula, aperfeiçoando o seu comportamento, orientando-as e tornando-as civilizadas. Com isso, o professor deveria ser um exemplo a ser seguido, devendo ser afetuoso, conhecedor da ciência, do corpo e mente do aluno:

E' necessário pois não punir as primeiras faltas com rigor. O papel do professor é sempre o de orientador e coordenador do comportamento. Não se admite um professor grosseiro, precipitado e alheio as noções de psicologia do comportamento da criança. Estas linhas são escritas tocando superficialmente o assunto que deve ser encarado de modo muito sério pelo professor (GOMES, 1938 p.32).

A educação moderna enfatizava a alma da criança e não apenas as questões de cálculo e leitura, o professor deveria orientar as crianças para a sociedade. Sendo assim, o docente deveria prestar atenção no aluno por completo: o físico, o psíquico, o espiritual e, dessa forma, ir moldando a criança através de sua atuação em sala de aula. Para isso, era necessário muito estudo e formação docente para uma atuação pedagógica de excelência.

Além desses quesitos, a Escola Nova defendia a educação moral e cívica, bem como a educação física e os preceitos da higiene nos contextos escolares para preparar a raça (GUEDES, 2020). Ainda sobre isso, a professora Alice de Azevedo descreveu características da professora da educação infantil:

Diante dessas constatações, para auxiliar no desenvolvimento dos estudantes, as professoras das crianças pequenas deveriam entender mais de psicologia do que de pedagogia. Sendo assim, as jardineiras deveriam ter características próprias como simplicidade, afetividade, bondade e não ter nenhum problema de saúde, tendo a obrigação de amar e cuidar de todas essas crianças como uma verdadeira mãe fora do lar, para exercer essa difícil missão, as profissionais não precisariam ter um nível superior, mas tinham que

prioritariamente carregar essas qualidades (GALVINCIO, SILVA, GUEDES, 2019).

Os métodos de ensino trariam a criança como centro e o professor deveria reunir aquilo que o aluno demonstrava interesse em aprender. Nesse sentido, da empolgação do educando seria o ponto de partida para ensinar os conteúdos, os quais seriam abordados com técnicas que deveriam ser simples e inovadoras, com o objetivo de manter o aluno concentrado no aprendizado.

Para Gomes (1933), a criança deveria se sentir livre para aprender e isso implicava em espaços adequados para esse aprendizado. Nesse quesito, Mario Gomes (1933, p. 43) citou a questão estética, pois a escola deveria ser bonita, deixando a criança feliz ao observar o espaço que deveria ser cheio de vida e amor:

A realização de direito tão primordial significa não só a soma de todos os demais, sinão a cooperação decidida, perseverante, dos pais e dos mestres, do Estado, do município e da sociedade. A união perfeitamente harmonizada entre o lar e a escola; supõe a existência de sítios bem escolhidos para realizar a educação ao ar livre, a coeducação e forma tão ativa, tal como se manifesta sempre na natureza infantil, devendo ser os locais ou edifícios escolares higiênicos por si mesmos, sem deixar de ser alegres, calmos e atraentes.

A cultura estética aparece nas fotografias apresentadas nas edições das *Revistas do Ensino*, selecionamos duas imagens que refletem o pensamento de Mario Gomes. A primeira foto (figura 1), em preto e branco, é de um prédio escolar no município de Umbuzeiro, no interior do estado. No primeiro plano, aparece na fotografia um grande pátio. Do lado esquerdo, aparecem três janelões: o do meio é o maior deles e eles são de formato quadrado. Em seguida, aparecem duas pilastras centrais, dando acesso a porta de entrada do prédio. Paralelo às pilastras, pode-se notar duas grades, em que se observa uma porta que dá acesso ao interior do prédio. A porta que fica no meio das duas janelas grandes tem o formato oval. No lado direito, a foto apresenta três janelões quadrados, sendo o do meio maior.

Figura 1 – Grupo escolar de Umbuzeiro



Fonte: *Revista do Ensino da Paraíba* – ano I, n. 2, 1932, p.39

A descrição da foto indica-nos que o grupo escolar, apresentado, buscava seguir os padrões arquitetônicos da época que se pautavam pelos preceitos higienistas, assim as janelas grandes possibilitaria a entrada de luz e ar dentro do estabelecimento de ensino. Gomes (1932), com isso, tinha a intenção de indicar como deveriam ser as edificações escolares no Estado. Este parâmetro era importante para que os professores, público alvo da *Revista do Ensino*, pudessem identificar e denunciar a realidade das escolas nas suas localidades.

De acordo com Mario Gomes (1933), o professor deveria receber todo auxílio por parte da escola para o seu desenvolvimento, mas deveria partir dele, de sua inteligência e capacidade artística transformar os impasses da profissão como estímulos para aperfeiçoamento. As *Revistas do Ensino* da Paraíba seriam um mecanismo dessas inovações para o corpo docente, uma vez que era um campo de ideias, práticas e métodos inovadores.

A segunda foto tem como foco a cultura estética do corpo, pois o ensino de Educação Física tinha como intuito manter um corpo saudável e livre de doenças. A foto em preto e branco apresenta, em seu primeiro plano, crianças em quatro filas: na 1ª fila, contém cinco crianças; na 2ª fila, aparecem oito crianças; na 3ª fila, podemos observar sete crianças; e na 4ª fila identificamos três crianças. Na terceira fila, a criança está um passo à frente das demais. Aparentemente, as crianças estão em uma aula de ginástica, considerando que estão todas de braços levantadas, como se tivessem fazendo exercícios físicos coordenadas por um adulto. As crianças são meninas e vestem uniformes padronizados: a parte inferior é um short escuro e curto, a parte superior é uma camiseta, todas estão de sapato fechado e os cortes de cabelo são

semelhantes. No segundo plano, a fotografia apresenta duas pilastras altas e um portão, nota-se árvores pela parte de fora do pátio.

Figura 2 – Grupo escolar Epitácio Pessoa



Fonte: *Revista do Ensino da Paraíba*, ano II, n.6 e 7, 1932, p. 41

Nesta fotografia, buscou-se enfatizar a importância da ginástica na educação das crianças. O corpo saudável era um preceito muito importante para os pioneiros da Escola Nova, pois as ideias do melhoramento da raça estavam em voga naquele período. Outro importante elemento é que a fotografia destaca as meninas. Galvêncio (2013) enfatiza que, naquele período, havia diversos artigos no jornal paraibano, *A União*, que destacavam os benefícios da ginástica para as mulheres. Desse modo, é possível dizer que se tornava crescente o debate sobre a educação feminina no Estado, incluindo, com isso, a educação feminina desde a mais terna infância.

Ainda na esteira dessas preocupações, Mario Gomes (1932) atentou para a importância nas questões de cooperação entre escola e família para que as crianças se desenvolvessem saudáveis. Por isso, defendia que precisaria partir das casas dessas crianças a conscientização. Sendo assim, a função da escola e do Estado era levar conhecimento a esses pais, pois eram eles os principais responsáveis por essas crianças. A primeira educação vinha do lar, essa educação era aleatória e despreziosa, levando a criança a se tornar leviana.

Para Gomes (1932), a cooperação dos pais estava arraigada a uma pedagogia antiga, ainda com um pensamento arcaico e precisaria ser transformado pela inovação apresentada pela ciência, que trazia novos pensadores e descobertas no campo científico:

A organização dos nossos estabelecimentos de ensino melhorada, tornou centro de atração para as crianças o ambiente escolar. Infelizmente porém por mais que nos esforcemos, ha sempre e em tudo isto, uma grande barreira a transpor. Esta barreira é a falta de colaboração dos pais de familia na estafante missão do educador. São todos, e eu sei isto, muito bem intencionados e zelosos pelo futuro dos seus filhos mas o que ainda não quiseram ou não puderam compreender é que em materia de educação precisamos tambem evoluir deixando de parte as velharias de séculos passados. A ciencia invadiu todos os setores da atividade humana e não admite mais que fiquem de pé os dogmas erroneos das falsas escolas filosóficas (GOMES, 1932, p. 35 -36).

O autor convoca todos os envolvidos no âmbito educacional das crianças à urgente tarefa de se romper com as antigas filosofias escolares. Para isso, era necessário que a família, a escola e os professores investissem na melhoria dos estabelecimentos, de forma que a escola se tornaria mais atrativa. Portanto, insistia na necessidade de transpor as barreiras da ausência na colaboração dos pais e familiares, que deixavam a desejar na sua missão de educadores domésticos, apesar de toda boa intencionalidade e zelo pelo futuro das crianças. Com isso, Gomes (1932) não abria mão da importância de se avançar rompendo com os velhos padrões do século passado, instituindo a visão na modernização do fazer pedagógico.

Em seguida, apresentaremos as considerações finais em torno da pesquisa desenvolvida sobre as perspectivas da educação da infância debatida por Mario Gomes nas *Revistas do Ensino* da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos possibilitou investigar as ideias de Mario Gomes sobre a infância. Diante disso, para compreender a realidade em que suas ideias circularam, fomos guiados por três objetivos específicos: em primeiro lugar, procuramos entender o contexto social, histórico e cultural das ideias de Mário Gomes na Paraíba e no Brasil; em segundo lugar, fizemos um mapeamento dos seus textos nas *Revistas do Ensino*; e, por último, fizemos as análises dos artigos encontrados que abordavam a temática da infância escritos pelo autor.

Nesse sentido, buscamos nos fundamentar em pesquisas sobre História dos Intelectuais, História da Infância e do movimento da Escola Nova no Brasil. No primeiro contato com o professor Mario Gomes, podemos observar que sua atuação intelectual se deu como disseminador dos ideários escolanovistas no Estado da Paraíba. Surgindo, dessa forma, a curiosidade para entender este sujeito e suas ideias educacionais.

No primeiro capítulo, fizemos um apanhado sobre os conceitos e as categorias que norteiam a História dos Intelectuais, buscando compreender a atuação de Mario Gomes no contexto paraibano. Conforme Galvêncio (2013), Vieira (2008; 2015), Hansen e Gomes (2016), os intelectuais eram responsáveis pela produção de conhecimento, sendo pessoas influentes em uma sociedade, que atuavam no meio político e social. Esses sujeitos ganhavam visibilidade sendo porta voz de ideias que estavam em voga no período, disseminando-as para a conscientização e transformação do meio social em que estavam inseridos.

Para reconhecermos Mario Gomes como um intelectual, buscamos suas redes de sociabilidade e investigamos os seus meios de mediação cultural do qual fazia parte. Mario Gomes formou-se no magistério, foi professor e participou da comissão de estudos técnicos da segunda semana pedagógica, em novembro de 1934. Além disso, foi colaborador de sessões técnicas e na plenária, sendo citado na 3ª Ata publicada na *Revista do Ensino* como um dos preceptores que discursou a respeito das mudanças que vinham acontecendo na educação do Estado. Particularmente, debruçou-se sobre temas sobre a infância e cuidado com as crianças, orientando pais e mestres através de seus inscritos.

Diante disso, buscando situar o contexto social de Mario Gomes fazendo um apanhado histórico da sua atuação e das suas ideias, concluímos que ele era um disseminador dos ideários da Escola Nova na Paraíba no período de 1932-1942. Para tanto, situamos o Brasil e a Paraíba nesse contexto, mostrando as transformações que ocorreram durante esse movimento, assim como seus idealizadores, as propostas e as metodologias divulgadas.

Para compreender mais sobre a ideia de infância do período estudado, investigamos o conceito de infância na História da Infância, situando a criança e as transformações que ocorreram no processo de modernização da educação. Sendo assim, nos detemos a investigar sobre a trajetória da criança no contexto da Escola Nova, em que ela começava a ser vista, cuidada e zelada pela sociedade, como também pelos seus familiares. Mario Gomes chamava atenção para que essas crianças fossem vistas como um sujeito de direitos, pois as crianças precisavam ser entendidas, amadas e, também, receber uma educação de qualidade.

No último capítulo, realizamos um breve apanhado sobre os impressos como fonte. Nesse sentido, investigamos as *Revistas do Ensino* da Paraíba, idealizada e dirigida pelo professor Jose Baptista de Mello. A *Revistas do Ensino* foi um meio de levar informações e conhecimentos aos professores do Estado, tendo sua publicação trimensal que circulou durante uma década no Estado da Paraíba, trazendo informações sobre a educação do Estado, noticiários importantes - como as semanas pedagógicas - métodos de ensino, noticiários políticos, nomeações de professores entre outros.

As *Revista do Ensino* da Paraíba foram utilizadas como fonte nesta pesquisa. Para tanto, realizamos um levantamento dos artigos escritos por Mario Gomes, trazendo um breve apanhado sobre cada um deles. Entre esses textos, escolhemos analisar os que abordavam temáticas sobre infância. Os artigos que selecionamos foram: *Cooperação que se impõe* (1932), *Cultura Estética* (1932), *Cruzada Infantil* (1932), *Escola Nova* (1932), *Noções de Comportamento* (1938), *Deveres do Estado para com a Criança* (1932).

Em nossas análises, percebemos que o autor buscava enfatizar uma sensibilidade ao falar sobre a criança, demonstrando a necessidade de uma luta constante em defesa da infância, pois, para ele, as crianças significavam o futuro da nação. Mario Gomes ainda abordava as questões de higiene, estética, cuidado, afetividade, chamando também os pais, os mestres e a sociedade para seu papel de cuidar das crianças. Para Mario Gomes, era somente através da educação que se poderia aperfeiçoar a raça.

Além de estar envolvido nas constates lutas em defesa da criança de sua época, Mario Gomes foi defensor assíduo da Escola Nova e isso fica claro nos seus inscritos, pois demonstrava tristeza por perceber a resistência de alguns que queriam permanecer com os métodos tradicionais de ensino. Para Mario Gomes, a escola deveria ser mudada, pois existiam muitas evoluções científicas e a escola deveria acompanhar essa modernização, tanto no aparelhamento escolar e suas metodologias, quanto nas abordagens sociais e políticas da educação.

Esta pesquisa foi de suma importância para a compreensão da História da Educação na Paraíba. Nesse sentido, como futura pedagoga, consideramos que entender sobre os processos educacionais do passado, auxilia-nos numa prática mais consistente no presente. Portanto, ao realizar um apanhado histórico da atuação do professor Mario Gomes, que conhecemos tão pouco, mas que demonstrou um envolvimento importante em favor da educação, visando à melhoria do tratamento com as crianças, requerendo respostas e, ao mesmo tempo, tentando conscientizar as pessoas ao seu redor a pensar na modernidade pedagógica de seu tempo,

possibilita-nos refletir que a luta por uma educação de qualidade para as crianças faz parte da nossa profissão.

A figura desse intelectual instiga investigações maiores, assim como outros autores citados nas *Revistas do ensino*, como, por exemplo, a professora Alice de Azevedo Monteiro, entre tantos outros. Portanto, investigar esses sujeitos e suas ideias inspiram profissionalmente a buscar mecanismos de melhorias nas nossas atuações enquanto docentes.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Fephilippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ASSUNÇÃO, Albaniza Maria de. **Primaveras de Destinos na Revista do Ensino no Estado da Paraíba – As Prescrições na História da Educação e as Representações no Ensino de História (1932 -1942)**. (Mestrado em história) – Universidade Federal da Paraíba João Pessoa, 2016.

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação Infantil e Formação de Professores**: para além da separação cuidar-educar. São Paulo: Unesp, 2013.

AZEVEDO, Meryglauca Silva Azevedo Lucena. **“A Criança é uma Planta Mimosa e Gentil Frágil e Encantadora”**: Um estudo sobre a Revista do Ensino da Paraíba (1932-1942). (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba João Pessoa, 2016.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz. **HISTÓRIA DOS INTELECTUAIS E INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL IMPÉRIO: UMA ANÁLISE DA OBRA A PROVÍNCIA (1870) DE TAVARES BASTOS**, TCC (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CARVALHO, Elizabeth Solto de. **Irineu Ferreira Pinto e a História da Educação Paraibana na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Curso de Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho; ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk; GALVÍNCIO, Amanda Sousa. Rede de Socialidade Intelectual e Educação: atuação de Castro pinto e Carlos Dias Fernandes na primeira República. **Revista HISTEDR online**. Campinas, n.53, p.56-77, out.2013.

COSTA, Suenia do Nascimento. **História da Educação e História do Intelectuais: Uma Análise da Atuação Política de Silvino Euvídio Carneiro da Cunha Na Parahyba (1876- 1876)**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Curso de Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. **Pimeira República, Intelectuais e educação**: entre a utopia e o (des) encantamento de Castro Pinto (1888-1915). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

_____. **As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2017.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. **Atuação Educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925)**: jornalismo, literatura e conferências. Tese (Mestrado em Educação). Curso de Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

____; SILVA, Mariza Gomes da; GUEDES, Suênia Guedes do Ó. **As Concepções de Infância a Partir do Olhar e das Práticas Pedagógicas da Professora Alice de Azevedo Monteiro**. In: Seminário de Gênero e práticas Culturais: feminismo como Resistência, 2019. UFPB.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. A Escolarização da Criança Brasileira no Século XIX: apontamentos para uma reescrita. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n.14, p. 121-146, jan./jun, 2007.

GOMES, Ângela Maria de; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais Mediadores**: práticas culturais e ação política. 1ª ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

GONDRA, José G. **A Emergência da Escola**. Corte. São Paulo, 2018.

GUEDES, Maria Suênia Guedes do Ó. **“Que Tudo Seja para a Glória e para o Progresso da Terra Admirável de João Pessoa”**: Nação Escola Nova e Educação das Crianças Pequenas nas Revistas do Ensino da Paraíba (1932 E 1942). Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Curso de Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

KULESZA, Wojciech Andrzej. **Educação e Política na Paraíba (1930-1945)**. In: **ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, nº 6, 2016. UFRN, Natal. Anais: ISSN 2177-1715. Disp. em: <submissao_14659354521071472992328098.pdf (sbhe.org.br)>. Acesso em 04 Dez, 2020.

KULMANN JR., Moysés. O Jardim de Infância e a Educação das Crianças Pobres. In: MORNACHA, Carlos (org.). **Educação da Infância Brasileira (1875-1983)**. Campinas-SP, 2001.

LIMA, Rosângela Chystina Fontes de. **Percursos e Percalços na Implantação dos Jardins de Infância na Parahyba**: uma contribuição ao estudo sobre educação infantil (1917-1939). Monografia (Licenciatura em História) – Curso de História – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

ROMÃO, Aurilane Regis. **Alice de Azevedo Monteiro e a Educação das Crianças Pequenas na Paraíba**: a criação dos primeiros jardins de infância da Revista do Ensino (1930-1942). Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Curso de Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista brasileira de história da educação**. UFRN- Paraná, v. 8, nº 16, jan / abr. 2008.

____. **História dos Intelectuais**: Representações, Conceitos e Teorias. Eixo Temático 6: Intelectuais, pensamento social e educação, 2015. Disp. em : <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Carlos%20Eduardo%20Vieira/Carlos%20Eduardo%20Vieira%20-%20Texto2.pdf> > Acesso em: 04 Dez. 2020.

VIDAL Diana Gonçalves, FARIA FILHO Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970), **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 23, nº 45, p. 37-70, 2003.

____. 80 Anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. São Paulo, v.39, n. 3. p. 577-588, **Educ. Pesquisa**. Universidade de São Paulo. jul./set., 2013.

FONTES

GOMES, Mario. Cooperação que se impõe. **Revistas do Ensino**. João Pessoa v. I, nº 1, p. 35-37, setembro, 1932, Imprensa Oficial, Disp. em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

____. Observações sobre a Higiene Escolar. **Revistas do Ensino**. João Pessoa, v. II, nº 2, p. 39-41, setembro, 1932. Imprensa Oficial. Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

____. Deveres do Estado para com a Criança. **Revistas do Ensino**. João Pessoa v. III, nº 3, p. 61-65, setembro, 1932. Imprensa Oficial, Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

____. Escola Nova. **Revistas do Ensino**. João Pessoa, v. III, nº 3, p. 43-44, setembro, 1932. Imprensa Oficial. Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

____. Cultura Estética. **Revistas do Ensino**. João Pessoa, v. IV, nº 4/5, p. 35-38, março, 1933. Imprensa Oficial. Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

____. Cruzada infantil. **Revistas do Ensino**. João Pessoa, v. V, nº 6 /7 p, 39-45. Imprensa Oficial, p. Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020. setembro, 1933

____. Lar e escola. **Revistas do Ensino**. João Pessoa, v. VII., nº 10, p. 25-28, julho, 1934. Imprensa Oficial, Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

____. Noções de comportamento. **Revistas do Ensino**. João Pessoa, v – XIII, nº 16, p. 31-33, agosto, 1938. Imprensa Oficial. Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

____. Bons e maus Escolares. **Revistas do Ensino**. João Pessoa, v. XIV, nº 17, p. 19-26, abril, 1942. Imprensa Oficial. Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. Jardins de Infância. **Revistas do Ensino**. João Pessoa, v. I, nº 1, p. 13-14, abril, 1932. Imprensa Oficial Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

2.^a semana pedagógica. **Revistas do Ensino**. João Pessoa. v. VIII, p. 43 - 70, novembro, 1934. Imprensa Oficial. Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 26 nov. 2020.